

# DOSSIÊ: EDUCAÇÃO INDÍGENA

## POVOS INDÍGENAS E PROCESSOS EDUCACIONAIS

Elizabeth Maria Beserra Coelho  
Mariana Paladino  
Stella Maris Garcia

### 1 Introdução

Os artigos que compõem esse dossiê foram produzidos para o Grupo de trabalho “Pueblos indígenas y procesos de educación escolar y no escolar”, que ocorreu na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, no período de 29/09 a 2/10 de 2009, na cidade de Buenos Aires, Argentina. O referido GT foi coordenado por Elizabeth Coelho (UFMA-Brasil), Mariana Paladino (UFRJ-Brasil) e Stella Maris Garcia (UNLP-Argentina).

O referido Grupo de Trabalho procurou viabilizar a discussão de pesquisas antropológicas voltadas para a educação e os povos indígenas, que abordassem os impactos e transformações gerados por processos de educação escolar e não escolar em povos indígenas. Com o termo abrangente de educação escolar e não escolar procuramos abrir espaço para trabalhos

que tratassem tanto de processos de escolarização propriamente ditos, como de capacitação e formação em termos mais amplos, propiciados por grupos religiosos, Estados, organizações não governamentais, entre outros.

Desde os primeiros contatos entre os conquistadores europeus e os diversos povos indígenas habitantes das Américas, foram implementadas as primeiras práticas indigenistas que visavam a inculcação de valores culturais ocidentais e a proibição de algumas instituições indígenas como religiões e idiomas. A escolarização colocava-se então como estratégia fundamental para consecução desses objetivos.

Ao longo do tempo a experiência escolar entre os povos indígenas tem se modificado e assumido significados diferenciados, de acordo com cada povo e com os diferentes processos de contato estabe-

lecidos com os Estados que conduzem suas políticas indigenistas a partir de perspectivas que oscilam entre a monoculturalidade e a multiculturalidade.

O complexo quadro de políticas públicas que estão sendo efetivadas nos países do Mercosul configura-se a partir de diferentes perspectivas para atender às demandas dos povos indígenas relativas ao exercício de seus direitos, especialmente, no que se refere à educação escolar, à reivindicação de políticas interculturais e de reconhecimento de suas culturas. A antropologia tem contribuído acompanhando e colaborando nas ações empreendidas pelos estados, por organizações não governamentais e pelas comunidades indígenas, produzindo reflexões sobre essas relações de modo a oferecer subsídios à elaboração das políticas governamentais.

Os processos de escolarização dos povos indígenas vêm sendo crescentemente objeto de interesse para os antropólogos, pois os impactos que provocam e as apropriações que deles fazem esses povos suscitam possibilidades interessantes para analisar temáticas caras a antropologia, como processos de identificação, processos de etnogênese e formação de lideranças políticas, entre outros. A antropologia tem se debruçado sobre esses processos, assim como sobre as formas não escolares de educação entre os povos indígenas e sobre a tensão entre o que seria uma educação indígena e uma educação indigenista.

Esta questão começou a ser objeto de pesquisa antropológica no Brasil e na Argentina desde a década de 1980 (Lopez da Silva, 1997, Milstein et al., 2007) e vários antropólogos envolveram-se nas demandas indígenas por educação escolar, que desde a década de 1970 formam parte importante de suas lutas e reivindicações.

Sobretudo nos últimos 20 anos se observa a proliferação de uma diversidade de projetos e iniciativas de educação escolar e de formação não escolar (cursos de capacitação em variadas áreas) realizadas por uma série de atores que atenderam a estas demandas. Portanto, a literatura acadêmica já acumula um conjunto de interpretações sobre os processos de escolarização e políticas indigenistas de educação, expressando debates e posicionamentos diversos a respeito dos desdobramentos das relações entre povos indígenas e processos educativos. No entanto, ainda são escassos os trabalhos que têm refletido sobre o impacto de algumas destas iniciativas e sobre as representações que os povos indígenas constroem sobre elas, assim como as formas de contestação, negociação e criação de projetos próprios elaborados nos últimos anos. Consideramos que a análise da educação escolar requer um estudo mais etnográfico e em diálogo com a cosmologia e as histórias do contacto dos povos indígenas. Portanto, no GT privilegiamos os trabalhos orientados nesta perspectiva.

## 2 Antecedentes

O GT “Pueblos indígenas y procesos de educación escolar y no escolar”, que teve lugar na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, não foi a primeira iniciativa no sentido de instituir, nos eventos acadêmicos, um espaço para a reflexão dessa temática. No âmbito das reuniões de antropologia do Mercosul, a primeira versão ocorreu em 2005, em Montevideo, quando foi proposto, pela Dra Mariana Paladino (UFRJ- Brasil) e Stella Maris García (UNPL-Argentina) o GT 32: “Educación escolar indígena: una mirada desde la antropología”, como um espaço de discussão e

intercâmbio entre antropólogos e outros profissionais cujas investigações focalizavam os processos de escolarização dos povos indígenas americanos. Foram enfatizadas, nesse debate, as reflexões sobre o posicionamento da antropologia na definição do problema, a construção da etnografia e as análises teórico-metodológicas. Estas discussões foram publicadas no livro García, S.M. –Paladino, M (2007) *Educación Escolar Indígena. Investigaciones Antropológicas en Brasil y Argentina*; Editorial Antropofagia, Buenos Aires, subvencionado pela Fundação Ford.

Na VII Reunião de Antropologia do Mercosul, em Porto Alegre, em 2007, o tratamento da temática teve continuidade no GT 12: “Educación Indígena: abordajes antropológicos de procesos escolares y no escolares de enseñanza y aprendizaje”, ao qual se somou a coordenação da Dra Antonella Tassinari, (UFSC-Brasil). Este GT aprofundou as discussões iniciadas na RAM anterior, em dois grupos de trabalho distintos: “Infancia Indígena perspectivas y desafios educativos/educacionales”, coordenado por Ângela Nunes e Antonella Tassinari e no já mencionado “Educación Escolar Indígena: una mirada desde la antropología”, coordenado por Stella Garcia e Mariana Paladino. Foram abordados, entre outros temas, os processos de transformação vivenciados pelos povos indígenas, as diferentes formas de construção das identidades étnicas e o papel das crianças e dos jovens nessas sociedades.

Cabe mencionar que sobre a mesma temática foi efetivado um simposio no 53º Congreso Internacional de Americanistas, realizado no México DF, em 2009, no qual se discutiram os processos de transformação resultantes da escolarização imposta aos povos indígenas pela conquista militar

e religiosa, a partir da constituição e expansão dos estados nacionais no continente americano. Esse simposio, denominado “Procesos de escolarización y pueblos indígenas americanos: impactos socio históricos actuales desafíos en lucha”, foi coordenado por Mariana Paladino e Stella Maris García. Os artigos debatidos nesse simposio estão sendo editados, na forma de livro, pela editora Abya Yala-Ecuador.

No âmbito dos congressos promovidos pela Associação Brasileira de Antropologia-ABA, por ocasião da II Reunião Equatorial de Antropologia, realizada em 2009 em Natal (Brasil) teve lugar GT 01 Educação Escolar e Povos Indígenas, coordenado pelos professores Elizabeth Maria Beserra Coelho (UFMA-Brasil) e Odair Giralдин (UFT-Brasil). As discussões nesse grupo estiveram relacionadas às experiências pedagógicas nas escolas indígenas, à formação de professores indígenas e às iniciativas de cursos de terceiro grau para índios. Em 2010, na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Belém-Brasil, os mesmos professores coordenaram o GT 26, intitulado “Povos indígenas e processos educativos: diálogos e tensões entre os processos próprios de aprendizagem e a educação estatal”. O foco das discussões esteve nos processos próprios de aprendizagem presentes nas formas sociais de vida dos diversos povos indígenas da América do Sul e suas relações com o processo de educação escolar implantado nas aldeias.

### 3 Dinâmica do Grupo de Trabalho

Por ocasião da VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, o GT que coordenamos recebeu 35 resumos, dos quais foram aceitos 32. Dois foram rejeitados por não cumprir os requisitos indicados na proposta

e um foi encaminhado a outro GT de maior pertinência temática. Somente 15 trabalhos foram enviados na versão completa para sua publicação no CD organizado pela comissão coordenadora do evento.

Organizamos o funcionamento do GT 14 em três sessões temáticas, nas quais foram distribuídas as 32 apresentações. Algumas delas não se efetivaram pela ausência dos autores. A primeira sessão foi denominada “Educação escolar indígena e as políticas indigenistas: seus discursos e práticas em diferentes contextos nacionais e regionais”. De um total de oito trabalhos apresentados nessa sessão, cinco corresponderam ao Brasil; um ao Chile, um ao México e um a Argentina. A segunda sessão reuniu trabalhos sobre a formação de professores e estudantes indígenas. Nela foram debatidos seis estudos de caso referidos ao Brasil e uma experiência na Argentina. A terceira sessão, voltada aos processos educativos nas aldeias foi dividida em dois grupos: um abrangeu seis artigos que abordaram a educação tradicional e a educação escolar, dando conta dos diálogos, tensões e transformações suscitados nos processos de socialização referentes a seis povos indígenas do Brasil. O outro grupo reuniu sete trabalhos focados nos processos de apropriação da escola, pelos povos indígenas, como ferramenta de luta e de afirmação cultural.

Nas trocas e debates suscitados em cada uma das sessões privilegiou-se o tratamento da problemática que orientou a organização dos eixos nos quais foram organizados os trabalhos. As discussões possibilitaram o desenvolvimento das seguintes considerações:

- As políticas educacionais dos Estados Nacionais, dirigidas aos povos indígenas, configuram diferentes formulações relacionadas às características sócio-econômicas de cada país e às formas específicas

pelas quais foram desenvolvidas as lutas e demandas, em cada contexto.

- A formação de professores indígenas tem sido analisada a partir dos sentidos e impactos das trajetórias de vida, da formação acadêmica e do compromisso desses professores com suas comunidades, problematizando a posição de poder que exercem atualmente em muitos contextos e como isso repercute nas suas práticas e dinâmicas na sala de aula.

- No que diz a respeito à educação escolar desenvolvida nas aldeias indígenas, foi destacado o importante papel exercido por essa instituição na promoção de uma articulação entre conhecimentos locais e conhecimentos acadêmicos, de forma a permitir um maior domínio dos desafios que se colocam às formas de vida indígenas contemporâneas e à efetivação dos direitos indígenas.

Dentre os pontos de encontro e diálogo, suscitados ao longo das sessões do GT, teve destaque o tratamento das apropriações, tensões, rejeições e resistências geradas pela introdução de conhecimentos, ditos ocidentais, nos currículos escolares nas aldeias indígenas, assim como os valores e atitudes que eles veiculam e que se confrontam, muitas vezes, com as formas e ritmos de transmissão dos conhecimentos operantes entre esses povos. De modo que decidimos problematizar a disputa de saberes que se colocam em jogo nos processos educacionais e apresentar neste dossiê os trabalhos que se aproximaram, com diferentes ênfases, de tal abordagem.

#### **4 Disputa de saberes nos processos educacionais**

Os povos indígenas das Américas, como todos os grupos humanos, têm organizado

formas de transmissão dos saberes necessários para sua reprodução como povo. Para tanto, ativam diversas estratégias e institucionalizam comportamentos para sistematizar a educação dos membros das novas gerações, seja através de rituais, seja através de papéis e responsabilidades especiais, seja através de espaços específicos destinados a sua formação (casa de jovens, casa de culto etc). No entanto, o processo de conquista e colonização da América ocorreu sob condições coloniais que instauraram um tipo de relação social ‘fatídica’ - nos termos de Peter Worsley (1966) - de exploração, negação, subordinação, discriminação, que gerou como resposta a luta e resistência dos povos indígenas ao longo de décadas de dominação.

Atreladas às políticas que os Estados Nação formulam nos diversos campos da vida social (jurídico, educativo, saúde pública, etc) para os povos indígenas, persistem fortes tensões. A ferramenta básica dos Estados Nação, para construir e consolidar a hegemonia, tem sido a institucionalização da escola, que foi introduzida na vida cotidiana dos povos indígenas, veiculando os ‘saberes’ ocidentais que se definem como válidos para a construção da cidadania.

Esses saberes que correspondem a concepções de mundo e de vida, sustentadas numa racionalidade científica, são sistematizados como saberes escolares a serem transmitidos. São veiculados nas salas de aula das escolas indígenas, por professores ou membros das comunidades habilitados para tal tarefa, que colocam em jogo suas próprias experiências de vida, sua capacitação acadêmica e seu compromisso no desempenho do seu papel. Nesse contexto são ativadas relações de poder que expressam diferenças a respeito de como os povos querem ser identificados. As dis-

putas se dão em torno da preponderância da identidade étnica em relação à identidade nacional e da controvérsia entre saberes acadêmicos e saberes locais.

Estas disputas constituem um eixo problemático do ensino-aprendizagem nas escolas indígenas: manifestam-se na escolha dos conteúdos programáticos (história e geografia do Estado-Nação ou da própria comunidade); nas concepções relativas às dimensões como tempo, espaço, quantidade, peso, distâncias, formas, forças, volumes (acadêmicos ou locais?); no ensino de língua: oficial ou língua/s própria/s de cada lugar; na apropriação e/ou resignificação da escola como dispositivo de afirmação identitária do grupo.

Esse eixo problemático foi sendo formulado ao longo das sessões de trabalho na VIII RAM. Os artigos aqui apresentados problematizam essa disputa de poderes, saberes e práticas presentes nos processos educativos, e foram construídos tomando como referência experiências etnográficas desenvolvidas pelos autores entre povos indígenas diferenciados.

No artigo “Práticas pedagógicas nas aulas de Matemática: um estudo exploratório nas escolas indígenas Xacriabá”, suas autoras, Augusta Mendonça-UFMG/Brasil e Ana Gomes - UFMG/Brasil, descrevem e analisam as práticas pedagógicas dos professores indígenas que ensinam matemática nas escolas xacriabá. Por meio de observação direta nas aulas, entrevistas e análise de documentos, são apontadas, por um lado, as marcas de um modelo escolar padrão e, por outro, as suas singularidades em relação à organização do tempo escolar e do acolhimento das diferentes presenças nas salas de aula. O trabalho mostra, ainda, que as práticas pedagógicas dos professores xacriabá estão entrelaçadas

das por diferentes formas de participação e por relações de poder entre os conhecimentos matemáticos acadêmicos e os conhecimentos locais.

Odair Giralдин, no seu artigo “Escola na aldeia e professor indígena na universidade: reflexões sobre formação e prática docente xerente”, reflete sobre a formação dos professores e como suas relações sociais interferem nas suas práticas docentes. O estudo teve início em um projeto de extensão demandado pelos professores, Akwê-Xerente que buscavam receber apoio pedagógico por parte da Universidade Aborda esta temática através de uma descrição etnográfica das escolas de duas aldeias localizadas no Estado de Tocantins, focalizando as práticas dos professores que nelas atuam. Aponta as diferentes formas pelas quais a escola se insere no seio da comunidade, como os professores se organizam para tentar construir um currículo escolar próprio e como interfere nisso a formação que tiveram no âmbito de uma licenciatura intercultural e as posições de parentesco e liderança que ocupam nas aldeias analisadas.

O artigo de Camila Mainardi “O papel da escola no resgate cultural dos Tupi Guaraní da Terra Indígena Piaçagüera/São Paulo” discorre sobre a importância da escola como um dos espaços comunitários chaves para a formação do modo de ser Tupi Guaraní, no qual os professores trabalham ativamente na construção e transmissão de características culturais diacríticas de pertença e identificação, contribuindo assim à diferenciação entre os Guaraní Mbya e os não índios e ao processo de etnogênese vivenciado por aquele povo.

A discussão vinculada ao significado que a escola assume, considerando a cosmologia dos povos indígenas, expressa-

-se no artigo “Os Canelas e a Escolarização”, de Elizabeth Maria Beserra Coelho e Mônica Ribeiro Moraes de Almeida. O trabalho focaliza o significado da escola para o povo Canela, do Maranhão, a partir da narrativa mitológica do “herói fundador” *Awkhê*. O mito de *Awkhê* é acionado como instrumento explicativo da relação dos Canelas com a alteridade e, nesse contexto, a escola é analisada como um dos veículos de reatualização da relação com os *Kupen* (“civilizados”). As autoras concluem que a representação que fazem sobre essa instituição é “multifacetada” e que no contexto de relações coloniais e “transformações históricas” presentes qualquer tentativa de representação é híbrida (Bhabha, 2007). De modo que os canelas ora se percebem pela ótica do colonizador, desvalorizando, assim suas características culturais, ora se afirmam, exaltando tais características.

A migração de jovens indígenas aos centros urbanos, seja para se instalar ali de forma definitiva, seja para retornar depois de um tempo às suas comunidades, envolve uma série de expectativas e decisões que dependem não apenas dos indivíduos, mas também de suas famílias e às vezes da comunidade de pertença como um todo. O assentamento definitivo de grupos domésticos completos - articulados por redes de parentesco - em contextos urbanos afastados dos seus lugares de origem define importantes desafios cotidianos. Nesses contextos, o processo de escolarização é chave na socialização de crianças e jovens, tal como o analisa Mariel Cremonesi para indígenas qom (toba) no seu artigo “Pertencia étnica y procesos de escolarización: aproximaciones a un debate aún abierto. La Plata, Argentina”. A autora descreve as tensões que crianças e jo-

vens desse povo vivenciam no contexto urbano em relação à sua identidade -ser toba - ser argentino - no âmbito da escola, confrontando informação etnográfica sobre os processos vivenciados por famílias qom estabelecidas na capital da província de Buenos Aires, com leituras teóricas. Aborda, ainda, as contradições que a escola precisa resolver para garantir o direito a uma educação intercultural, de acordo com o que estabelece a atual Constituição Nacional.

Mariana Paladino, no artigo “O retorno à comunidade”. Trajetórias de indígenas Ticuna que estudaram na cidade, ocupação de cargos na aldeia e processos de diferenciação social” analisa as trajetórias de alguns jovens, habitantes da região do Alto Solimões na Amazônia Brasileira, que estudaram no meio urbano. Mostra que essa experiência não resulta em enfraquecimento da identidade étnica ou distanciamento de sua comunidade de origem, apontando que a maioria das pessoas retorna às aldeias depois de formada. A experiência de formação escolar na cidade garante a aquisição de prestígio e o direito a pleitear um “cargo”. A autora descreve os trabalhos e cargos assumidos no retorno à aldeia e a lógica que rege essa nomeação. Aborda, também, o modo como a aquisição de um *habitus* escolarizado (BOURDIEU, 1974) e a obtenção de salário suscitam processos de segmentação e de hierarquização internos as aldeias Ticuna, dando conta, assim, de uma questão ainda pouco estudada nas pesquisas que tratam sobre povos indígenas e escolarização, isto é, os impactos e as mudanças que ela traz no cotidiano das comunidades.

Os textos aqui reunidos apresentam contribuições significativas à compreensão dos processos educacionais relaciona-

dos aos povos indígenas, especialmente por apontarem reflexões sobre práticas pedagógicas em escolas indígenas, representações indígenas sobre a escola e a dinâmica migratória aldeia-cidade-aldeia, geralmente motivada pela busca por escolarização.

No entanto muito ainda há a ser pesquisado, considerando-se não só a imensa diversidade de povos indígenas, mas também os diferentes aspectos que podem ser explorados nesse campo de investigação.

Agradecemos aos pesquisadores que participaram do GT, especialmente aos autores dos textos que compõem esse dossiê, a quem atribuímos a responsabilidade pelos conteúdos aqui publicados.

## NOTA SOBRE AS AUTORAS

Elizabeth Maria Beserra Coelho é professora associado III da Universidade Federal do Maranhão, atuando no Departamento de Sociologia e Antropologia. Tem experiência na área de Antropologia, principalmente nos seguintes temas: políticas indigenistas de saúde, terra e educação, relações interétnicas e etnologia indígena. É autora dos livros: *Cultura e Sobrevivência dos Índios no Maranhão* (1987), *A Política Indigenista no Maranhão Provincial* (1999), *Territórios em Confronto: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão* (2002), *Estado multicultural e políticas indigenistas*, (2008).

Mariana Paladino nasceu em La Plata, Argentina. É Licenciada em Antropologia pela Universidade Nacional de La Plata e Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Professora Adjunta de Antropologia e Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora associada ao Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, Museu Nacional, UFRJ. Pesquisa no Brasil desde 1999 temáticas vinculadas à educação escolar indígena. Publicou como organizadora, junto com Stella Maris García, o livro: *“Educación Escolar Indígena. Investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina* (editorial Antropofagia, Buenos Aires, 2007).

Stella Maris Garcia é licenciada em Antropología (1975) pela Universidad Nacional de La Plata UNLP (Argentina). Atualmente é Professora Adjunta de Antropología Sociocultural I, carreira de Antropología, Facultad de Ciencias Naturales y Museo. UNLP y Directora del Proyecto de Investigación “Prácticas Escolares/Relación Pedagógica: nuevos desafíos. Teoría y Práctica desde la Antropología (2009-2012)” en el Laboratorio de Investigaciones en Antropología Social. FCNYM-UNLP.

## REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi k. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva. 1974.
- GARCÍA S. M.; PALADINO M. (Comp.) *Educación Escolar Indígena: Investigaciones en Brasil y Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2007.
- WORSLEY, P. *El Tercer Mundo*; España: Siglo XXI. 1966. p. 5-51.